

## ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE PODER LEGISLATIVO ASSEMBLEIA LEGISLATIVA GABINETE DEP. TAVEIRA JUNIOR

PROJETO	DE	LEI:	
/2023			

Institui a Semana Estadual de Incentivo à Adoção de crianças e adolescentes e dá outras providências.

**A GOVERNADORA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE:** FAÇO SABER que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída no calendário oficial de eventos do Estado do Rio Grande do Norte, a Semana Estadual de Incentivo à Adoção de Crianças e Adolescentes.

Paragrafo único. A semana de que trata o caput deste artigo deverá ser realizada anualmente, a partir do dia 25 de maio, dia nacional da adoção.

- Art. 2º A Semana Estadual de Incentivo à Adoção de crianças e adolescentes tem por finalidade a promoção de campanhas de conscientização e esclarecimentos sobre o tema, realização de debates, palestras e seminários, bem como a promoção de iniciativas que visem incentivar a adoção de crianças e adolescentes em todo Estado do Rio Grande do Norte.
- Art. 3º Constituem ainda, objetivos da Semana Estadual de Incentivo à Adoção de Crianças e Adolescentes:
- I conscientizar as pessoas de que toda criança ou adolescente tem direito de ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar saudável e afetuosa;
  - II estimular a adoção legal e humanizada de crianças e adolescentes;

- III despertar em todos a necessidade de adoções tardias, inter-raciais, de grupos de irmãos e de crianças com necessidades especiais.
- Art. 4º O Poder Executivo poderá firmar convênios e parcerias com entidades sem fins lucrativos e demais instituições que tratem do tema, com vistas a implementar atividades para que se alcance os objetivos instituídos por esta Lei.
  - Art. 5° Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

## **JUSTIFICATIVA**

Inicialmente cabe-nos afirmar da legalidade dos Estados em legislarem sobre o assunto apresentado por esta proposição, pois a Constituição Federal, ao tratar das competências concorrentes, estabeleceu no seu art. 24, inciso XV, o seguinte:

## Art. 24 - Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

## XV - proteção à infância e à juventude.

Tendo feitas tais considerações, adentremos à questão do mérito, para afirmar que, infelizmente, é a dura realidade de milhares de crianças brasileiras. Se por um lado, estamos preocupados com a violência que assola todos os Estados, decorrente da falta de uma estrutura familiar que proporcione um futuro digno para as crianças, por outro lado, dificultamos os processos de adoção.

A presente propositura tem como foco, promover a reflexão sobre o assunto de tamanha importância para uma grande parcela de crianças que não têm acesso à família, educação, escola, e outros direitos, tornando-se essa Semana Estadual de Incentivo à Adoção de crianças e adolescentes, um alento para que tal situação possa melhorar, facilitando o encontro de famílias interessadas em adotar uma criança ou adolescente.

De acordo com informações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Cadastro Nacional de Adoção, criado em abril de 2008 e que reúne dados de todos os adotantes e de crianças e adolescentes disponíveis para adoção no país, tem milhares de pessoas interessadas em adotar uma criança no Brasil. Apesar do grande volume de pessoas interessadas em adotar, o cadastro confirma que a adoção tardia ainda é um obstáculo a ser superado.

Outra questão crucial quando se fala em adoção é a falta de informação. Dados da pesquisa Percepção da População Brasileira sobre a Adoção, da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), revela que a maioria dos brasileiros não tem conhecimento dos caminhos corretos para a adoção. Mais de 37% procurariam uma criança em maternidades e em hospitais e 28% pesquisariam em abrigos. Apenas 35% das pessoas recorreriam ao local adequado, que são as Varas da Infância e da Juventude em todo o país.

O processo para que uma criança ou adolescente esteja apta para a adoção não é simples: Primeiro ela precisa ser destituída de sua família de origem, o que leva tempo, já que todas as

possibilidades de devolvê-la à convivência familiar devem ser tentadas. Com isso a criança vai se desenvolvendo nos abrigos a espera de uma definição e "envelhece" sem ser adotada. Um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) feito em 580 abrigos do país, revelou que 87% das crianças não estavam aptas a adoção porque continuavam legalmente ligadas aos pais, criando mais um obstáculo à adoção.

Cabe salientar, e aqui convém citar que são dados e informações do Sistema Nacional de Educação e Acolhimento (SNA), as pessoas que pretendem adoção aguardam anos nas filas, a espera de bebês ou crianças pequenas. Nesse Sentido, há uma enorme discrepância entre os perfis das crianças idealizadas, com as disponíveis no acolhimento institucional.

Através desta propositura, pretendemos estimular que mais pessoas se habilitem como adotantes, através de campanhas de conscientização, ao tempo em que pretendemos também em parceria com o Ministério Público, Tribunal de Justiça do Estado e outras entidades relacionadas com o tema, para criar condições que possibilitem uma desburocratização nos processos de adoção.

Por fim, em razão da relevância da matéria sob exame, e por entender que a adoção pode promover a melhoria da qualidade de vida de milhares de crianças que, hoje, estão excluídas da sociedade brasileira, este projeto de lei, caso aprovado, garantirá a abertura de debates com o poder público e a sociedade civil organizada, sobre os aspectos que desestimulam os pretendentes a adotar uma criança, bem como, discutir a regulamentação da Lei Federal nº 10.447, de 09 de maio de 2002, que institui o dia Nacional da Adoção a ser comemorada anualmente no dia 25 de maio.

Pelas razões acima expostas, conto com o apoio dos nobres colegas para aprovação do projeto de lei.



Documento assinado eletronicamente por **ROSANO TAVEIRA DA CUNHA JUNIOR**, em 12/04/2023, às 13:34.